

**Jornal Negócios**

29-11-2019

**Periodicidade:** Diário**Classe:** Economia/Neócios**Âmbito:** Nacional**Tiragem:** 12747**Temática:** Transportes**Dimensão:** 1843 cm<sup>2</sup>**Imagem:** S/Cor**Página (s):** 1/18/19

# Estado vai pagar compensação de 900 milhões à CP até 2030

FERROVIA

# CP assegura 900 milhões do Estado até 2030

A CP garante que no curto prazo começará a cumprir as metas de regularidade e conforto fixadas no contrato assinado com o Estado. A sua dívida será “no mínimo” reduzida em mais de metade.

**MARIA JOÃO BABO**  
 mbabo@negocios.pt

**A** CP - Comboios de Portugal vai receber do Estado um valor da ordem dos 900 milhões de euros até 2030, a título de compensação pelas obrigações de serviço público a que fica agora sujeita.

Esta quinta-feira a empresa, que passou este ano a ser liderada por Nuno Freitas, assinou com o Estado um contrato inédito, que pela primeira estabelece de forma objetiva um conjunto de obrigações de serviço público e os indicadores operacionais quantificáveis que permitirão verificar o seu incumprimento.

Na cerimónia de assinatura, o primeiro-ministro, António Costa, anunciou que no próximo ano o Estado vai transferir para a CP 90 milhões de euros pelas obrigações que assumiu. Um valor que, segundo Nuno Freitas, vai continuar a ser da mesma ordem de grandeza nos 10 anos de duração do contrato, que pode ainda ser prorrogado por mais cinco. Questionado sobre se a verba é suficiente, o responsável frisou que “o contrato foi negociado para ser o valor justo”.

Escusando-se a avançar mais pormenores alegando a comple-

xidade e dimensão do documento, Nuno Freitas disse apenas que a empresa fica obrigada a cumprir parâmetros de regularidade, pontualidade e conforto, e que o contrato lhe irá “permitir gerir a empresa”. Hoje, nesses indicadores, reconheceu, “a empresa está com algumas dificuldades. É inegável”. Por isso, sublinhou, “o nosso trabalho é entrar nas exigências do serviço público no curto prazo”.

O presidente da CP reafirmou que a empresa vai precisar de mais duas centenas de comboios nos próximos 20 anos, mas explicou que o contrato agora assinado, que já foi aprovado pela Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT) mas que tem de ser ainda submetido ao Tribunal de Contas, “tem fórmulas que incluem a possibilidade de investimento, aprovado pelo Governo e incluído no contrato serviço público”.

O responsável confirmou ainda que o documento prevê a redução de “no mínimo mais de metade da dívida da CP”, mas escusou-se a adiantar valores exatos ou a explicar de que forma será feita essa redução. A diminuição da dívida da empresa – que em 2018 era da ordem dos 2,6 mil milhões – permitirá reduzir os encargos anuais com juros.

**Alfa excluído**  
 O contrato abrange todos os serviços ferroviários da CP, como

“

**A empresa está com algumas dificuldades. É inegável. O nosso trabalho é entrar nas exigências do serviço público no curto prazo.**

**NUNO FREITAS**  
 Presidente da CP

**O contrato dá estabilidade, previsibilidade e segurança à administração da CP. E o Estado fica com mais capacidade para exigir à administração.**

**PEDRO NUNO SANTOS**  
 Ministro das Infraestruturas

”



Nuno Freitas, presidente da CP, assinou

urbanos, regionais e longo curso, excluindo o alfa pendular. Essa exclusão, disse Nuno Freitas, deve-se ao facto de se ter “considerado que o alfa é um serviço puramente comercial, enquanto um intercidade tinha e tem serviços que não são rentáveis”. Assim, a CP não receberá compensações pelo serviço do alfa, que gera receita para a empresa.

Na sua intervenção, o ministro das Infraestruturas, Pedro Nuno Santos, fez questão de sublinhar que este contrato dá à CP “mais capacidade financeira para a prestação do serviço, bem como para a manutenção e renovação do material circulante”, sendo que este contrato inclui um investimento de 45 milhões de euros em quatro anos para recuperação de material imobilizado.

Nuno Freitas reconheceu que a empresa tem dificuldades de admissão de trabalhadores qualificados neste momento, salientando que a abertura da oficina de Guifões, no início do próximo ano, vai permitir compensar défices de competências. A CP tem neste momento a decorrer um concurso para a compra de 22 comboios, no valor de 168 milhões de euros, os quais só chegarão em 2023. ■

## O que prevê o contrato com a CP

### OBRIGAÇÕES DE SERVIÇO PÚBLICO EXCLUEM ALFA PENDULAR

● O contrato impõe obrigações de serviço público de forma expressa. Abrange todos os serviços ferroviários, desde urbanos, regionais e longo curso, excluindo neste caso o alfa pendular.

### COMPENSAÇÕES SERÃO DE 90 MILHÕES EM 2020

● Pelo cumprimento dessas obrigações a CP receberá compensações, tendo em conta os gastos e rendimentos associados à exploração sob obrigações de serviço público. Em 2020 esse valor será de 90 milhões.

### PREVISTAS PENALIDADES POR INCUMPRIMENTO

● Estabelece ainda incentivos para a prestação de serviços de maior qualidade, definindo obrigações de pontualidade e regularidade e qualidade, e com aplicação de consequentes penalidades por eventual incumprimento.



João Miguel Rodrigues

o contrato de serviço público com o Estado.

## “Comboios a horas e limpos é o mínimo que temos de garantir”

O presidente da CP garante que em 2020 com a conclusão da recuperação de comboios em Lisboa, haverá um aumento de capacidade nos suburbanos de 13%. E quer ter zero supressões da sua responsabilidade.

“Regularidade, pontualidade e higiene é o mínimo que temos de garantir aos utentes”, afirmou esta quinta-feira o ministro das Infraestruturas, Pedro Nuno Santos, salientando que a CP tem de oferecer comboios a horas e com condições de conforto. Esse mesmo desafio foi assumido pelo presidente da empresa pública, Nuno Freitas, que garantiu que ao nível das supressões tem havido uma diminuição, sendo hoje da ordem dos 1,5%, o que considera, ainda assim, “muita coisa”. O responsável lembrou, contudo, que o índice de regularidade chegou a ser na casa dos 97% a 98% mas que “estamos agora a chegar a 99%.

O que não é bom, mas reduziu-se”, afirmou.

Nuno Freitas disse ainda que a CP começou já a recuperar oito unidades quádruplas que ficarão prontas em 2020. Unidades que vão permitir um reforço de oito mil lugares nas linhas suburbanas de Lisboa, possibilitando à empresa um reforço de capacidade de 13%. O objetivo, disse, “é ter zero supressões da responsabilidade da CP”. Segundo salientou, se estas unidades que estão a ser recuperadas tivessem de ser compradas pela empresa custariam 70 milhões de euros.

Pedro Nuno Santos frisou que, com o contrato de serviço público, “a partir de agora, o Es-

tado passa a ter condições contratuais para exigir à CP o cumprimento de indicadores de serviço”, acrescentando que para a empresa “dá estabilidade, previsibilidade e segurança” a quem está na administração.

O ministro das Infraestruturas não deixou, na cerimónia na qual marcou também presença o ministro das Finanças, de sublinhar as dificuldades que sentem os cidadãos da Área Metropolitana de Lisboa na utilização do comboio, mas frisou também que “não podemos enganar ninguém a dizer que podemos resolver os problemas todos num prazo que não podemos”. ■

MARIA JOÃO BABO